



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 5/SES/JRECURSOS/2023

PROCESSO Nº 1320.01.0104090/2021-46

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo

AUDITADO: Sistema Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: Formiga

NMAA: Oeste

URS: Divinópolis

SEI:1320.01.0104090/2021-46.

ATIVIDADE SISAUD: 678

RECORRENTE:Secretaria Municipal de Saúde (Representada pelo Gestor, Sr. G.R.F.)

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria programada, realizada pela Assessoria Regional de Auditoria Assistencial – ARAS de Alfenas, no município de Formiga, no período compreendido entre de 16/11 a 10/12/2021, em atendimento ao Plano Anual do CEA/SUS-MG de 2021, que propôs a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores.

Referida demanda teve como foco à adequação organizacional para: atender as atribuições relativas a Deliberação CIBSUS/MG nº 3.349, de 17 de março de 2021, no que se refere aos Serviços de Controle, Avaliação e Regulação; implantação e operacionalização do Componente Municipal de Auditoria; estruturação legal do Fundo Municipal de Saúde; e regularidade dos processos de formalização de Contratos e Convênios com os prestadores de serviços assistenciais.

Após emissão do Relatório Final de Auditoria, foram originados os Ofícios de notificação SES/AUDSUS nº 480 e 481/2022, em virtude das seguintes constatações não conformes, sujeitas à penalidade de Advertência Escrita, imposta nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

***1 – Constatação nº 640492**–Não existe Componente Municipal de Auditoria (CMA) implementado.*

***2 – Constatação nº 640493** -A Secretaria Municipal de Saúde não possui equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria assistencial.*

3 – Constatação nº 640495–Incompatibilidade de informações referente a cargos de servidores do SRCA em comparação com o Organograma da SMS de Formiga/Portal da Transparência.

4 – Constatação nº 640498 –O Componente Municipal não realiza ações de Auditoria.

5– Constatação nº 640505 – A Secretaria Municipal de Saúde possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para uso na regulação em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais, porém não implementados.

6– Constatação nº 640507 – O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) não utiliza protocolos de regulação de acesso.

7– Constatação nº 640508 – O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

8– Constatação nº 640509 –As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

9– Constatação nº 640510 –A SMS de Formiga não executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

10– Constatação nº 640511 –A Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios apenas de acordo com a PPI, sem Protocolos Clínicos e de Regulação de Acesso.

11– Constatação nº 640514–O SRCA não realiza a adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso.

12– Constatação nº 640603 –Não existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC.

13– Constatação nº 640604 –O Gestor de Saúde não estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para as urgências.

14– Constatação nº 640609 – Não existe Comissão responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

15– Constatação nº 640653 – Os Processos Licitatórios dos Convênios e/ou Contratos formalizados com prestadores hospitalares de serviços ao SUS, não estão devidamente instruídos, conforme legislação vigente.

PARECER

A Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo seu Secretário Municipal de Saúde, **Sr.G.R.F.**, em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº480, apresentou recurso por meio do Ofício nº 623/2022, datado de 28 de dezembro de 2022, objetivando justificar as constatações não conformes:

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade da Recorrente.

1 – Constatação nº640492 - Não existe Componente Municipal de Auditoria (CMA) implementado.

Evidência:

“Constatou-se que não existe Componente Municipal de Auditoria implementado. Não foi apresentado o ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria nem o Regulamento da Auditoria Municipal. No organograma da SMS de Formiga (Lei Complementar Municipal nº169/2017), o cargo de Auditor SUS está ligado ao Assessor Técnico do SUS e não ao setor de Regulação. Na Lei Complementar Municipal nº169/2017, estão previstas como atribuições ao Auditor SUS: a avaliação e liberação de AIH e APAC, exame das fichas relacionadas com procedimentos ambulatoriais, hospitalares e diagnóstico, conferindo seu correto preenchimento, complementando-os ou glosando-os quando surgirem erros, examinar e conferir faturas, liberando a realização do pagamento, entre outras. Foi apresentada pela SMS, a Lei Municipal nº 5.050 de 24/06/2015 que trata da reestruturação do Setor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Formiga. No art. 6º desta lei, item II, estão descritas as funções do Auditor SUS (médico) na SMS como: regularizar e autorizar via SUSFácil a realização de procedimentos assistenciais em saúde, realizar supervisão e análise da assistência de procedimentos hospitalares, oferecer orientações e subsídios para realização da regulação, controle, avaliação e auditoria no que se refere à atuação médica, efetuar autorização para serem realizados atendimentos médicos especializados (via APAC e outros bem como cirurgias ambulatoriais e hospitalares via AIH e outros). Porém, essas funções não condizem com as ações/atribuições inerentes à função de Auditor preconizadas pelo Sistema Nacional de Auditoria. De acordo com entrevistas realizadas com a responsável pelo setor de Regulação, Sra. A.L.S.C., e com o Secretário Municipal de Saúde, Sr. L.P.S.S, foi confirmada a inexistência de Componente Municipal de Auditoria implementado. Não foi apresentado o Inventário da estrutura da SMS de Formiga. Foi apresentado somente registros fotográficos do local onde trabalha o médico Sr. E.C.S.C. “

Manifestação do Recorrente:

“Na oportunidade, encaminhamos a Portaria nº 1583/2022 de Nomeação da Maria Isabel da Silva no cargo de Coordenador de Enfermagem/Regulados Auditor do SUS. As atribuições do cargo foram revisadas e aperfeiçoadas e, diante das observações, foi solicitado ao Gabinete Municipal o envio de Projeto de Lei para atualização da Lei Municipal que dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da Administração Direta do Município de Formiga.

A Lei Municipal 5.050 de 24 de junho de 2015 que trata do setor de regulação, controle,

avaliação e auditoria da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Formiga está passando por revisão. Em anexo está o esboço da minuta da referida lei que será encaminhada para aprovação legislativa em 2023, após o recesso legislativo.”

2 – Constatação nº 640493– A Secretaria Municipal de Saúde não possui equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria assistencial.

Evidência:

“Constatou-se que a Secretaria Municipal de Saúde não possui equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria assistencial. Entretanto, não foi apresentado ato de designação e/ou nomeação de profissionais para compor equipe multiprofissional para desempenhar ações de auditoria assistencial na SMS. Esta informação foi confirmada por meio do Ofício nº 467/2021 de 23/11/2021 em que o Secretário Municipal de Saúde informou que a auditora se aposentou e até o momento, o médico regulador desempenha também as ações de auditoria assistencial, sem nomeação. Foram apresentados à equipe de auditoria registros de visita ao prestador realizadas pelo médico, Sr. E.C.S.C.”

Manifestação do Recorrente:

“A equipe já está definida internamente pela Secretaria Municipal de Saúde e exerce as funções de auditoria, sendo composta pelos seguintes profissionais:

Luciana Emília de Faria – Fonoaudióloga;

Maiára Gomes de Freitas – Terapeuta Ocupacional;

Isabel Maria da Silva – Enfermeira;

Geraldo Magela de Faria – Enfermeiro;

Eduardo César de Souza Câmara – Médico.

Ocorre que a regulamentação do Componente Municipal de Auditoria somente será possível após a alteração da Lei 5050/2015. Tão logo haja a aprovação da atualização da Lei municipal, a Secretaria imediatamente formalizará por meio de portaria a designação dos servidores. ”

3 – Constatação nº 640495 – Incompatibilidade de informações referentes a cargos de servidores do SRCA em comparação com o Organograma da SMS de Formiga/Portal da Transparência.

Evidência:

“De acordo com o organograma da SMS de Formiga, disponibilizado por meio da Lei Complementar Municipal nº 169 de 26/10/2017, existe previsão de cargo/função gratificada para Coordenador de enfermagem regulador/Auditor SUS e Superintendente Regulador/Auditor SUS, porém, enquanto o cargo Superintendente Regulador/Auditor SUS está vinculado ao Assessor Técnico do SUS, o

cargo de Coordenador de enfermagem regulador/Auditor SUS está ligado ao setor de Regulação. Assim, os cargos relacionados à auditoria estão em setores diferentes com atribuições distintas. Verificou-se, por meio do Portal da Transparência, que os cargos descritos estão sendo ocupados por servidores que desempenham outras funções na SMS de Formiga, em setores diferentes na Prefeitura Municipal de Formiga. O Sr. E.C.S.S., médico que desempenha a função de Superintendente Regulador/Auditor SUS está nomeado para o cargo de Diretor de Regulação (Portaria Municipal nº0054/2021). Com relação à responsável pelo setor de Regulação, Sra. A.L.S.C., a mesma consta no Portal da Transparência como Diretora de Vigilância em Saúde. As atribuições descritas na Lei Municipal nº5050/2015, art. 6º, estão divergentes do organograma apresentado e do Portal Transparência. ”

Manifestação do Recorrente:

“Para atendimento à legislação, foi solicitada ao Gabinete Municipal a elaboração de Projeto de Lei para aprovação legislativa para a devida adequação dos cargos e respectivas atribuições. Em anexo a cópia da solicitação protocolada junto ao Gabinete Municipal. ”

4 – Constatação nº640498 – O Componente Municipal não realiza ações de Auditoria.

Evidência:

“Não foi apresentado documentos que evidenciem a realização de ações de auditoria assistencial sobre a produção de serviços de saúde, públicos e privados, sob sua gestão, em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial. Foi apresentado pela SMS de Formiga apenas 01 relatório de auditoria assistencial assinado pela Coordenadora de Enfermagem/Reguladora Auditora do SUS, Sra. M.I.S., datado de 06/02/2020. Não foi apresentado Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria - CMA que identifica a previsão de garantia ao auditado de direito à defesa nos casos de irregularidades identificadas nas atividades de auditoria e a previsão do encaminhamento das conclusões destas atividades aos órgãos de controle interno e externo. Não foram apresentados expedientes ou documentos em que conste a padronização e/ou realização de encaminhamento ao auditado das não conformidades identificadas em ações de auditoria, para que fosse assegurado e oportunizado o amplo direito de manifestação do auditado. Também não foram apresentados documentos que evidencie a padronização e/ou realização de encaminhamento das conclusões das ações de auditoria e dos Relatórios de Auditoria aos órgãos de controle interno e externo. ”

Manifestação do Recorrente:

“Segue em anexo cópias dos relatórios elaborados pela servidora Isabel Maria da Silva – Coordenador de Enfermagem/Regulador Auditor do SUS, comprovando as ações de auditoria. ”

Nesse sentido a Lei Federal nº 8.689, de 27 de julho de 1993, estabelece em seu artigo 6º, parágrafo 2º, que a descentralização do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) far-se-á por meio dos órgãos estaduais, municipais e de representação do Ministério da Saúde nos estados e Distrito Federal.

O Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde, estabelece:

Art. 1º O Sistema Nacional de Auditoria - SNA, previsto no art. 16, inciso XIX da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e no art. 6º da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, é organizado na forma deste Decreto, junto à direção do Sistema Único de Saúde - SUS. em todos os níveis de governo, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo.

De acordo com o anexo I da deliberação CIB-SUS/MG nº 2.768, de 22 de agosto de 2018, a auditoria deve ser implementada sobre toda a produção de serviço de saúde, públicos e privados, vejamos:

“VIII. implementar a auditoria sobre toda a produção de serviços de saúde, públicos e privados, sob sua gestão, tomando como referência as ações previstas no plano municipal de saúde e em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial; e

IX. realizar auditoria assistencial da produção de serviços de saúde, públicos e privados, sob sua gestão”

A Lei Municipal nº 5.050 de 24 de junho de 2015, que estrutura o Setor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Formiga, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, estabeleceu:

(...)

Art. 6º. A estrutura do Setor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Formiga poderá ser composta pelas seguintes funções e atribuições:

I – Coordenador

1. Efetuar a coordenação e direcionamento das ações a ser desenvolvidas no setor de Regulação, Controle e Avaliação e complexos reguladores;
2. Representar a Secretaria Municipal de Saúde de Formiga perante outros órgãos e municípios em assuntos referentes à regulação, controle e avaliação;
3. Elaborar e atualizar normas, procedimentos e protocolos para Setor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria e complexos reguladores;
4. Delimitar metas, objetivos e resultados a serem cumpridos pela equipe do Setor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria e complexos reguladores;
5. Exigir dos integrantes da equipe de Regulação, Controle, Avaliação e complexos reguladores o cumprimento das responsabilidades e ações necessárias;
6. Realizar a avaliação da assistência oferecida bem como dos resultados obtidos sugerindo melhorias cabíveis;
7. Oferecer apoio e suporte científico e operacional para o bom andamento das atividades relacionadas à regulação, controle, avaliação e auditoria em saúde;
8. Avaliação relacionada com a qualidade e eficiência da atenção em saúde feita pelos prestadores à população tanto no ambiente hospitalar quanto ambulatorial;

9. Auxiliar em capacitações e orientações gerais necessárias para o bom andamento das atividades relacionadas à regulação, controle, avaliação e auditoria da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Formiga.

II – Superintendente Regulador / Auditor SUS (médico)

1. Oferecer orientações e subsídios para a realização da regulação, controle, avaliação e auditoria no que se refere à atuação médica;
2. Realizar a supervisão e análise da assistência e procedimentos hospitalares e ambulatoriais feitos no sistema de saúde do município de Formiga;
3. Efetuar a autorização para serem realizados atendimentos médicos especializados (via APAC e outros) bem como cirurgias ambulatoriais e hospitalares (via AIH e outros);
4. Regular e autorizar, via SUSFácil MG, a realização de procedimentos assistenciais em saúde para pacientes da cidade de Formiga;
5. Auxiliar em capacitações e orientações gerais necessárias para o bom andamento das atividades relacionadas à regulação, controle, avaliação e auditoria da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Formiga.

III – Supervisor Ambulatorial / Hospitalar (médico, enfermeiro e outros profissionais de nível superior com formação na área de saúde)

1. Oferecer orientações e subsídios para a realização da regulação, controle, avaliação e auditoria no que se refere à atuação do profissional em questão;
2. Realizar a supervisão e análise da assistência e procedimentos hospitalares, no âmbito do profissional em questão, feitos no sistema de saúde do município de Formiga;
3. Análise do faturamento e contas hospitalares relacionadas aos procedimentos sob regulação, controle, avaliação e auditoria da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Formiga;
4. Auxiliar em capacitações e orientações gerais necessárias para o bom andamento das atividades relacionadas à regulação, controle, avaliação e auditoria da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Formiga.

Pois bem, quanto aos Itens 1 e 2 a Recorrente anexou, como suporte probatório as suas alegações, cópia da portaria que nomeia a servidora Maria Isabel da Silva, na função gratificada de COORDENADOR DE ENFERMAGEM REGULADOR/AUDITOR DO SUS, bem como de Projeto de Lei que Reestrutura o Serviço de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal.

Referido projeto estabeleceu em seu artigo 9º as atribuições do seu componente de auditoria, das quais destacamos aquela relativa a avaliação dos serviços auditados objetivando melhoria da assistência, bem como a qualidade e efetividade dos serviços prestados à população visando melhoria progressiva da assistência. Tais atribuições, ao nosso entender, coadunam com àquelas preconizadas pelo Sistema Nacional de Auditoria. Desse modo consideramos que a correção das irregularidades referentes aos respectivos itens estavam em andamento quando da apresentação do recurso.

Item 3:

A Recorrente encaminhou cópia do Ofício 593/2022, ao Gabinete Municipal, Doc.58536143, contendo projeto de ajuste da estrutura administrativa da SMS, no que se refere aos cargos de servidores. Assim sendo, consideramos que a correção da irregularidade encontrava – se em andamento à época da apresentação do recurso.

Item 4:

A Recorrente encaminhou cópias de relatórios de *auditorias* realizadas na Santa Casa e no Hospital São Luiz pela servidora M.I.S. – doc. 58536147. Contudo, não foram apresentados documentos que comprovem a padronização e/ou realização de encaminhamento das conclusões das ações de auditoria, bem como dos respectivos Relatórios, aos órgãos de controle interno e externo. Pelo exposto, consideramos que a irregularidade foi parcialmente corrigida.

5– Constatação nº 640505 – *A Secretaria Municipal de Saúde possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para uso na regulação em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais, porém não implementados.*

Evidência:

“A SMS de Formiga apresentou o Manual de Regulação do Município de Formiga - MG controle, avaliação, regulação e auditoria - 2019 em que constam os protocolos clínicos. Porém, neste manual não constam as diretrizes terapêuticas. O manual não foi implementado no setor. Não foram apresentados documentos que comprovem a divulgação e capacitação dos profissionais do serviço de controle e avaliação em relação aos protocolos/diretrizes terapêuticas do período de setembro/2019 a novembro/2021, estas informações foram confirmadas em entrevista com a responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga, Sra. A.L.S.C..”

Manifestação do Recorrente:

“O protocolo está sendo implementado, conforme comprovam as atas e protocolos de reuniões e comprovantes de entrega do documento aos profissionais da atenção primária e da rede de atendimento especializado. Em anexo a ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde que aprovou o Protocolo de Regulação do Acesso em 2016.”

6 – Constatação nº 640507 – *O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) não utiliza protocolos de regulação de acesso.*

Evidência:

“A SMS de Formiga apresentou o Manual de Regulação do Município de Formiga - MG

controle, avaliação, regulação e auditoria - 2019 em que constam os protocolos de regulação de acesso. Não foram apresentados pela SMS de Formiga documentos que indiquem que os protocolos de regulação de acesso foram elaborados, discutidos, aprovados, divulgados, implementados e que houve algum tipo de capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso do período de setembro/2019 a dezembro/2021. Esta informação foi confirmada por meio do Ofício nº 467/2021 de 23/11/2021, em que o Secretário Municipal de Saúde informou que essas rotinas são executadas, porém não foram registradas e confirmada também em entrevista com a responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga, Sra. A.L.S.C.. “

Manifestação do Recorrente:

“O protocolo está sendo utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, em anexo segue como demonstrativo algumas das Autorizações de Internação Hospitalar devidamente reguladas pelo profissional médico. ”

A Resolução CIT/GM nº 4 de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e a sistemática do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), vigente à época da auditoria, estabeleceu:

“ANEXO I

(...) 4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria.

4.1 Municípios

(...)

e. Adotar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais e estaduais; (...)

f. Adotar protocolos de regulação de acesso, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, estaduais e regionais; (...)

A Portaria GM/MS nº 2 de 28 de setembro de 2017 – que consolidou as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde contém as seguintes disposições:

(...) Anexo XXVI

Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)

Art. 4º A Regulação da Atenção à Saúde efetivada pela contratação de serviços de saúde, controle e avaliação de serviços e da produção assistencial, regulação do

acesso à assistência e auditoria assistencial contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 4º)

(...) V- elaboração e incorporação de protocolos de regulação que ordenam os fluxos assistenciais; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 4º, V)

(...)

Art. 8º As atribuições da regulação do acesso serão definidas em conformidade com sua organização e estruturação. (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º)

§ 1º São atribuições da regulação do acesso: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º) (...)

IV – elaborar, disseminar e implantar protocolos de regulação; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, IV) (...)

Com relação aos itens 5 e 6, a Recorrente encaminhou cópia da ata de aprovação, pelo CMS, do Manual de Regulação, Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria do do Município de Formiga, datada de 2016, – doc. 58536150.

Verifica-se que a ata é datada do ano de 2016, não servindo de suporte apto a demonstrar que a irregularidade tenha sido efetivamente corrigida, entretanto, verificou - se que houve reunião em 14/09/2022 (doc. 58536151), para apresentação do manual de regulação (referente ao ano de 2019 - doc. 38421558), bem como do cronograma de capacitações a ser implementado a partir daquela data (58536155).

Foram juntadas, ainda, cópias de AIH's reguladas pelo setor específico da SMS – doc. 58536156 e cópias de autorizações para consulta especializadas – doc. 58536158.

Desse modo, consideramos que a correção das irregularidades identificadas encontravam - se em andamento a época de apresentação do recurso.

7– Constatação nº 640508 – O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência:

“Constatou-se que o SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde. Não foi apresentado o cronograma de capacitações pelo SCRA de forma periódica das equipes que atuam nas unidades de saúde. O documento comprobatório apresentado (Comunicação Interna nº277/2019) foi apenas uma proposta de capacitação referente à regulação dos encaminhamentos das

consultas especializadas na Secretaria Municipal de Saúde para os médicos da rede que seria realizada em 18/07/2019, data esta anterior ao período em que a secretaria se tornou gestão plena de sistemas de saúde. Em entrevista com três (03) profissionais da enfermagem das unidades básicas de saúde do município de Formiga, foi confirmado que não houve capacitação das equipes das unidades de saúde pelo SCRA. ”

Manifestação do Recorrente:

“A Secretaria Municipal de Saúde já deu início às capacitações das equipes de Atenção primária, conforme cópia da ata da lista de presença. A SMS elaborou também um cronograma de capacitação para 2023, anexo. ”

8 – Constatação nº 640509 – *As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.*

Evidência:

“Constatou-se que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente. Não foi apresentado o cronograma de capacitações dos profissionais do SRCA referente ao período de setembro/2019 a dezembro/2021. Por meio do Ofício nº467/2021, o Secretário Municipal de Saúde afirmou que existe capacitação para as equipes, porém sem registros. Em entrevista, o servidor do setor de Regulação, Sr. A.G.L. afirmou não ter participado de capacitação específica para trabalhar no setor. A Sra. A.L.S.C. afirmou também em entrevista que não tinha conhecimento de capacitação de profissionais do setor, desde que assumiu o mesmo em agosto/2021. Os documentos apresentados pela SMS de Formiga referem-se à capacitação de profissional médico sobre protocolos de manejo clínico do Coronavírus, ou seja, de capacitação de profissionais da área da saúde para enfrentamento da Pandemia da Covid-19 realizada em 31/03/2020 e certificado do mesmo profissional no curso de participação e controle social (curso à distância com carga horária de 40 horas). Tais documentos não configuram como capacitação permanente de equipes do SRCA. ”

Manifestação do Recorrente:

“O SCRA está realizando as capacitações das equipes internas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme listas de presença em anexo. ”

Nesse sentido estabeleceu a Portaria de Consolidação/GM/MS nº 2 de 28 de setembro de 2017:

Art. 8º As atribuições da regulação do acesso serão definidas em conformidade com sua organização e estruturação. (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º) § 1º São atribuições da regulação do acesso: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º)

VII - capacitar de forma permanente as equipes que atuarão nas unidades de saúde; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, VII)

Art. 10. Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu

âmbito administrativo, as seguintes atividades:

(...) V – capacitar de forma permanente as equipes de regulação, controle e avaliação; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, V).” (...)

Item 7:

A Recorrente anexou cópia de ata das reuniões para discutir o tema capacitação, com equipe de atenção primária, aplicação do Protocolo de Regulação – doc. 58536153 e 58536151, bem como do cronograma das capacitações – doc. 58536155. Desse modo consideramos que a correção da não conformidade encontrava –se em andamento à época da apresentação do recurso.

Item 8:

Em que pese terem sido encaminhadas cópias de listas de presenças referentes à reuniões para definir capacitação dos profissionais da APS, com respectivos cronogramas, não houve documentação acerca da capacitação dos técnicos do *SRCA*. Assim, consideramos que permanece a não conformidade identificada pela equipe de auditoria.

9 – *Constatação nº 640510* – *A SMS de Formiga não executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.*

Evidência:

“Constatou-se que a SMS de Formiga não executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território. Foram apresentadas, pela SMS de Formiga, agendas de marcação de procedimentos ambulatoriais e hospitalares conforme disponibilidade no território do município de Formiga do ano de 2021 bem como lista de espera dos munícipes para atendimento no próprio território dos usuários do SUS. Verificou-se, por meio de relatórios do SUSFácil de registros de encaminhamento dos munícipes para realização de procedimentos hospitalares disponíveis no território do município de Formiga do ano de 2021, que há registros efetivos de que a SMS de Formiga controla o acesso dos seus munícipes em internações eletivas ou urgência por meio do SUSFácil. Por meio de entrevista com a responsável pelo setor de Regulação Sra. A.L.S.C., verificou-se o correto fluxo de controle de acesso dos pacientes, porém, como os Protocolos Clínicos e de Regulação não estão implementados na SMS de Formiga, o controle de acesso não é executado de acordo com o estipulado pelos mesmos. ”

Manifestação da Recorrente:

“A Secretaria Municipal de Saúde está executando o controle do acesso da população própria. Em anexo está o demonstrativo de solicitações de consulta médicas especializadas devidamente reguladas. ”

10 – Constatação nº 640511 – *A Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios apenas de acordo com a PPI, sem Protocolos Clínicos e de Regulação de Acesso.*

Evidência:

“Constatou-se que a Secretaria Municipal de Saúde executa o controle da referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios apenas de acordo com a PPI. Os documentos apresentados pela SMS de Formiga demonstram o controle da referência dos munícipes de Formiga em conformidade com a PPI. Foram apresentadas agendas de marcação de procedimentos ambulatoriais e hospitalares em outros municípios bem como lista de espera dos munícipes para atendimento em outros municípios do ano de 2021. Porém, como os Protocolos Clínicos e de Regulação não estão implementados na SMS de Formiga, não há o controle de acesso a outros municípios que seja baseado nesses protocolos. Ressalta-se que em entrevista com três profissionais de enfermagem da Atenção Básica do município de Formiga, ficou confirmado que a contra referência acontece somente para consultas com retorno em outros municípios.”

Manifestação do Recorrente:

“A Secretaria Municipal de Saúde está realizando o controle de cotas disponibilizadas através da PPI utilizando Protocolos Clínicos e de Regulação de Acesso, conforme demonstrativos anexos.”

11– Constatação nº 640514– *O SRCA não realiza a adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso.*

Evidência:

“Constatou-se que com relação aos Relatórios de PPI de outubro/2021, lista de marcação de procedimentos do ano de 2021 de municípios referenciados para o município de Formiga, o SRCA participa das reuniões para remanejamento da PPI em CIB Micro e Macro, tem controle e organiza os fluxos de acesso dos usuários SUS. Segundo entrevista da responsável pelo setor de Regulação, Sra. A.L.S.C., a central de marcação é setor responsável pela distribuição das vagas de consultas, exames e procedimentos no município de Formiga e outros, seguindo a PPI. Na central de marcação, há a verificação das referências e distribuição de cotas da microrregião para média e alta complexidade. As planilhas são atualizadas pelo setor com controle de quantidade de vagas por município. Não foram apresentados documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI do ano de 2021. Com relação ao que foi contratado pelo município de Formiga para ampliação da rede própria de serviços ofertados, essa ampliação ocorreu por meio de adesão ao consórcio intermunicipal ICISMEP e, atualmente, o controle de consultas e exames da média complexidade pactuados não é controlado pelo SRCA, que ficou por demanda livre de procura do usuário ao serviço (Tabela de Serviços de Procedimentos em saúde de competência de outubro/2021). O funcionário de recepção do consórcio é quem fica responsável de receber os pacientes. Não tem controle específico das cotas, como é exigido pela regulação. O controle é apenas de pagamento ao consórcio (relação de empenhos emitidos referentes ao consórcio ICISMEP). Estas informações pela confirmada em entrevista com a responsável pelo setor de Regulação sra. A.L.S.C.”

Manifestação do Recorrente:

“A Secretaria está realizando a revisão dos protocolos clínicos e já é possível demonstrar sua aplicação, como por exemplo, no exame de endoscopia digestiva alta, ofertada através da contratação junto ao ICISMEP, devidamente regulada. ”

Assim dispõe a já citada Resolução CIT/GM nº 4 de 19 de julho de 2012:

“ANEXO I (...) 4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria.
4.1 Municípios (...)

g. Com apoio dos Estados, identificar as necessidades da população do seu território, fazer um reconhecimento das iniquidades, oportunidades e recursos;

(...)

j. Executar o controle do acesso do seu munícipe aos leitos disponíveis, às consultas, terapias e exames especializados, disponíveis no seu território, que pode ser feito por meio de centrais de regulação.

A também já citada Portaria de Consolidação/GM/MS nº 2 de 28 de setembro de 2017, estabelece:

Art. 5º A Regulação do Acesso à Assistência efetivada pela disponibilização da alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão por meio de atendimentos às urgências, consultas, leitos e outros que se fizerem necessários contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º)

(...)

II - controle dos leitos disponíveis e das agendas de consultas e procedimentos especializados; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º, II)

(...)

Art. 8º As atribuições da regulação do acesso serão definidas em conformidade com sua organização e estruturação. (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º)

§ 1º São atribuições da regulação do acesso: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º)

(...)

V - diagnosticar, adequar e orientar os fluxos da assistência; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, V)

(...)

Art. 10. Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10)

(...)

§ 3º Cabe aos Municípios: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º)

(...)

IV - regular a referência a ser realizada em outros Municípios, de acordo com a programação pactuada e integrada, integrando-se aos fluxos regionais estabelecidos; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, § 3º, IV)

Objetivando justificar os itens 9, 10 e 11 a Recorrente encaminhou cópias de documentos – Doc. 58536157 a 58536160.

A documentação mencionada refere-se aos encaminhamentos e às autorizações de procedimentos pelo médico regulador, não servindo de meio hábil a demonstrar a existência de controle de acesso e/ou referência da população aos serviços disponíveis, situação em que consideramos que as irregularidades não foram corrigida.

12 – Constatação nº 640603 – *Não existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC.*

Evidência:

“Constatou-se que não existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC. Foi apresentada a lista de autorizadores de AIH e APAC em que cita os seguintes profissionais de nível superior da Área da Saúde: a sra. L.E.F como responsável pelo serviço de saúde auditiva e APAE; as sras. M.G.F. e R.M.H.P. como responsáveis pela APAE e o sr. E.C.S.C. como responsável pela Santa Casa de Caridade de Formiga. Estes profissionais desenvolvem as ações de autorização de procedimentos e/ou exames sem designação formal, conforme descrito no Ofício nº467/2021. Em entrevista realizada com a Sra. A.L.S.C. responsável pelo setor de Regulação, esta informou que não há designação formal de autorizador de APAC e AIH. ”

Manifestação do Recorrente:

“Foi publicada a Portaria 002 de 20 de dezembro de 2022, designando os servidores responsáveis pela execução da liberação de APAC e AIH, que segue anexo. ”

O Manual de Operação do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS, aprovado pela Portaria GM/MS nº. 396/2020, em sua versão *Versão 1.0 – outubro/2012*, contém as seguintes orientações:

(...)

2. INTRODUÇÃO AO SIA

(...)

2.5. Procedimentos que exigem autorização Neste caso, o profissional responsável pelo usuário emite o Laudo para Solicitação / Autorização de Procedimentos Ambulatoriais conhecido genericamente como APAC, anteriormente denominado Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade / Custo.

O Laudo é o documento que justifica, perante o órgão autorizador, a solicitação de procedimento que prescindem de autorização prévia. Esse documento contém dados de identificação do usuário, do profissional que solicitou o procedimento e do autorizador. (...)

O Laudo deve ser preenchido em duas vias pelo profissional responsável pelo atendimento de forma legível e sem abreviaturas.

A primeira via é enviada ao órgão Gestor Local para autorizar a emissão da APAC e a segunda via é anexada ao prontuário do usuário.

(...)

O responsável pela autorização (autorizador), designado pelo gestor local, preenche o campo do laudo que informa se o procedimento está autorizado. Identifica o profissional que autorizou a realização do procedimento, fornece o número da autorização (APAC), registra o período da data de validade dessas APAC, assim como o código e o nome do estabelecimento de saúde onde o usuário receberá o atendimento. Caso as informações constantes no laudo sejam insuficientes para a autorização do procedimento, o autorizador poderá solicitar dados adicionais.

(...)

Órgão Emissor / Autorizador São considerados como órgão emissor/autorizados: o nível central das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, seus órgãos administrativos e hospitais públicos. Os profissionais representantes desses órgãos, para serem autorizadores, são designados pelos gestores estaduais e municipais e devem ser profissionais de nível superior da área de saúde, devidamente treinados e com conhecimento das normas específicas dos procedimentos a serem autorizados. Não há impedimento legal para que um médico autorizador seja também um médico assistencial em estabelecimentos que estejam sob a gestão onde ele é autorizador. Os autorizadores designados pelo gestor devem ter vínculo público, não devendo ter vínculo apenas com hospitais privados ou filantrópicos. Não é permitido que o profissional que solicita APAC seja o autorizador dessa APAC. (...)

Foi anexada cópia da Portaria Municipal nº 002/2022, Doc. 58536161, que designou os servidores responsáveis pela execução da liberação de Autorização de Procedimentos de Auto Custo e de Internação Hospitalar, situação em que consideramos como corrigida a irregularidade identificada pela equipe de Auditoria.

13 – Constatação nº 640604 – *O Gestor de Saúde não estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para as urgências.*

Evidência:

“Constatou-se que o Gestor de Saúde não estabelece o prazo máximo para que sejam

concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para as urgências. Por meio do Ofício nº 467/2021 de 23/11/2021, a SMS de Formiga declarou que existem prazos estipulados para concessão de autorizações AIH e APAC tanto para os casos eletivos quanto para os casos de urgência, porém não foi apresentada norma municipal que estabeleça o prazo máximo das concessões de autorização de AIH e APAC. ”

Manifestação do Recorrente:

“Foi publicada a Portaria 002 de 20 de dezembro de 2022, designando os servidores responsáveis pela execução da liberação de APAC e AIH, que segue anexo por meio da Portaria 002/2022. ”

A Portaria MS/SAS nº 1.011 de 3 de outubro de 2014, estabelece formas de suporte dos laudos de autorização utilizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA), vejamos:

(...)

Art. 7º Compete ao gestor local estabelecer o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações, tanto para casos eletivos como para as urgências, de acordo com a infraestrutura disponível em seus respectivos Serviços de Controle e Avaliação. Colacionamos o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar – SIH/SUS - Brasília, Distrito Federal - Janeiro/2017:

(...)

4. INFORMAÇÃO DO ATENDIMENTO HOSPITALAR NO SUS

(...)

4.3 AUTORIZAÇÃO DE AIH

O prazo decorrido entre a internação, solicitação da AIH e a autorização do gestor tanto para os casos eletivos como para casos de urgência, é uma decisão do gestor local. O sistema dá uma advertência para prazos acima de 72 horas, mas não bloqueia ou rejeita a AIH. No estabelecimento público o autorizador pode ser o diretor clínico, técnico ou outro profissional designado por ele, a critério do gestor. Na rede complementar, o autorizador deve ser vinculado ao gestor.

O gestor deve definir as condições e o local para a autorização e emissão do número da AIH. A digitação dos dados da internação pode ser feita mesmo antes de ter o número da AIH e inserir quando for disponibilizado pelo gestor.

São profissionais competentes e responsáveis pelos laudos de solicitação para internação hospitalar: a. Médicos; b. Cirurgiões dentistas nos casos de autorizações de procedimentos odontológicos; e c. Enfermeiros obstetras, nos casos de autorizações de partos normais realizados por enfermeira.”

Na Portaria Municipal nº 002/2022 ficou definido o prazo de sete dias úteis para liberação de APAC e AIH. Portanto, consideramos a não conformidade como corrigida.

14 – Constatação nº 640609 – *Não existe Comissão responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.*

Evidência:

“Constatou-se que não existe Comissão responsável pelo TFD formalmente nomeado pelo Gestor de Saúde. Foi apresentada somente Portaria Municipal nº 272/2021 de 21/01/2021 com a nomeação da servidora Sra. E.G.M. como Coordenadora da Central de Marcação/TFD. Em entrevista com a responsável pelo setor de Regulação Sra. A.L.S.C., esta confirmou que não existe comissão responsável pelo TFD. ”

Manifestação do Recorrente:

“A Secretaria Municipal de Saúde ainda não conseguiu dar andamento na revisão do texto da portaria 3291/2017 e desta forma a comissão responsável pelo Tratamento Fora de Domicílio – TFD, não está devidamente implantada. Neste interim a SMS de Formiga solicita um prazo adicional para formalizar a comissão. ”

Estabeleceu a Portaria MS/SAS nº 55, de 24 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a rotina do Tratamento Fora de Domicílio no Sistema Único de Saúde –SUS:

(...)

Art. 6º. A solicitação de TFD deverá ser feita pelo médico assistente do paciente nas unidades assistenciais vinculadas ao SUS e autorizada por comissão nomeada pelo respectivo gestor municipal/estadual, que solicitará, se necessário, exames ou documentos que complementem a análise de cada caso.

(...)

Conforme transcrito a Recorrente informou que ainda não implantou a comissão responsável pelo TFD e solicita prazo para a sua formalização. Assim sendo, ficou evidenciado que a irregularidade não foi corrigida.

15 – Constatação nº 640653 – Os Processos Licitatórios dos Convênios e/ou Contratos formalizados com prestadores hospitalares de serviços ao SUS, não estão devidamente instruídos, conforme legislação vigente.

Evidência:

“Em relação às instruções referentes aos Convênios de nºs 094/2019 e 095/2019; não mencionam Processo Licitatório na elaboração do Instrumento, denotando ausência de Licitação. Quanto aos Contratos de Prestação de Serviços nº 002/2020; 003/2020; 097/2019; 098/2019, vieram desacompanhados da documentação prevista na Lei das Licitações nº 8.666/1993, SEÇÃO II - DA HABILITAÇÃO - artigo 27, 28, 29, 30, e 31. SEÇÃO IV - DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO - artigo 38, caput, incisos II, III, V, VI. Parágrafo único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração (Redação dada, pela Lei nº 8.883, de 1994). Portanto, foram disponibilizados

apenas os referidos Contratos, ausentes, porém, os Processos Licitatórios Originários; (Processo Administrativo onde são juntados os documentos que instruem o Processo Licitatório). A Comissão Permanente de Licitação, nomeada através da Portaria Municipal nº 4.573, de 05 de novembro de 2021; composta por onze componentes (servidores) e dois suplentes. Publicação ocorrida em 08/11/2021, através do (DOMM), Edição 3130. Portanto quando da elaboração dos Instrumentos mencionados (celebração), constatou-se a inexistência de Comissão Permanente de Licitação Em cumprimento à cláusula contratual, (prevista nos contratos); foram designados servidores para compor a Comissão de Avaliação e Monitoramento dos Contratos referentes à Gestão dos Prestadores; cuja nomeação ocorreu através da Portaria Municipal nº 4.537, de 13 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (DOMM), em 14/09/2021, Edição 3093, Pág. 77-78. Cujo fato diverge de Comissão Permanente de Licitação. Cumpre enfatizar que Comissão de Avaliação e Monitoramento dos Contratos, não substitui Comissão Permanente de Licitação; tendo em vista que ambas têm funções delineadas (específicas). ”

Manifestação do Recorrente:

“A Secretaria Municipal de Saúde pretende elaborar os procedimentos licitatórios com observância à Lei 8.666/93, no início do exercício de 2023. ”

Estabeleceu a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamentou o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública:

(...)

Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

(...)

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

- I - edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;
- II - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite;
- III - ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;
- IV - original das propostas e dos documentos que as instruírem;
- V - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;
- VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;
- VII - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;

- VIII - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;
- IX - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;
- X - termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
- XI - outros comprovantes de publicações;
- XII - demais documentos relativos à licitação.

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

(...)

A Recorrente informou que tem a intenção de elaborar os procedimentos licitatórios de acordo com a legislação no exercício de 2023. Porém não ofereceu suporte probatório apto a demonstrar que medidas foram tomadas nesse sentido. Assim sendo, consideramos que a irregularidade permanecia à época de apresentação do recurso administrativo.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista jurídico.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos. No entanto, não foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades indicadas nos itens 8, 9, 10, 11, 14 e 15. Dessa forma, entendemos pelo conhecimento do recurso, porém negando-lhe provimento para manter as respectivas penalidades.

Em relação as não conformidades consignada nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 12 e 13, tendo em vista que foram apresentadas justificativas acompanhadas de documentação apta a demonstrar que as irregularidades foram corrigidas, ou que medidas vinham sendo adotadas para correção, quando da apresentação do recurso administrativo, entendemos pelo cancelamento das penalidades aplicadas naqueles itens.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatadas reincidência das não conformidades aqui assinaladas, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários daquela localidade.

Belo Horizonte 17 de abril de 2023

Andréa Faria de Magalhães
MEMBRO – SES

Rosimary de Araújo Rios Alves
MEMBRO – SES

,

Tiago Bernardino da Costa
MEMBRO – SES

1 - Ciente.

2 - De acordo.

*3 - Submeto o presente expediente à apreciação/homologação da Sra.
Chefe de Gabinete, em atendimento a Resolução/SES 2906/2011.*

Ludércio José de Matos
COORDENADOR DA JUNTA DE RECURSOS/SES

SEI nº 64303340